



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

ADRIANA PEREIRA NÓBREGA

**ANÁLISE DESCRITIVA DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA A  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - ANÁLISE DO PERFIL DO SOLICITANTE**

BRASÍLIA – DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ADRIANA PEREIRA NÓBREGA

**ANÁLISE DESCRITIVA DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA A  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – ANÁLISE DO PERFIL DO SOLICITANTE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Ludmila de Melo Souza

BRASÍLIA - DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ADRIANA PEREIRA NÓBREGA

**ANÁLISE DESCRITIVA DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA A  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – ANÁLISE DO PERFIL DO SOLICITANTE**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília da aluna

**Adriana Pereira Nóbrega**

Professora Doutora Ludmila de Melo Souza

Professora Orientadora

Professora Mestre Lorena Almeida Campos

Professora Examinadora

Brasília, 21 de novembro de 2018

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a associação entre o perfil do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal (CEF) e as características do pedido realizado, a partir de análise descritiva dos pedidos encaminhados à instituição no período de 2015 a 2017. Os dados foram obtidos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, o que resultou na análise de 9758 pedidos. A análise dos dados obtidos demonstraram o perfil médio do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal: homem, 38 anos de idade, nível superior completo, profissão diferente das oferecidas no cadastro, residente na região Sudeste do país. A realização de testes estatísticos apontou que quando a quantidade de perguntas é menor geralmente os pedidos não são negados. Além disso, os resultados indicaram que se o pedido teve prazo de resposta prorrogado, a chance dele ser concedido aumenta e pedidos pertencentes às categorias Economia e Finanças e Trabalho tem chances menores de serem concedidos. A pesquisa tem como principal contribuição a avaliação de aspectos relacionados ao usuário da Lei de Acesso à Informação no Brasil e agrega a outros estudos relacionados ao tema.

**Palavras chaves:** Lei de Acesso à Informação, Transparência, *Accountability*, Caixa Econômica Federal.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 Lei de Acesso à Informação.....	8
2.2 Governança Corporativa .....	9
2.3 <i>Accountability</i> e Transparência.....	10
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	12
3.1 População objeto da análise .....	12
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	15
4.1 A Lei de Acesso à Informação no contexto da Caixa Econômica Federal .....	15
4.2 Perfil do Solicitante .....	16
4.3 Associação entre características do solicitante e informação solicitada – Análise Exploratória .....	21
4.4 Análise de fatores que podem influenciar na concessão do acesso .....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
REFERÊNCIAS .....	28

## 1 INTRODUÇÃO

A política de divulgação de informações está alinhada com os princípios de governança corporativa. No setor público, a governança corporativa pode ser entendida como uma forma de assegurar que as ações dos governantes sejam voltadas para o atendimento aos interesses da sociedade. A Lei de Acesso à Informação está diretamente relacionada a transparência e *accountability*, princípios básicos de governança corporativa.

A promulgação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, ou LAI, representou um importante passo para a garantia do direito a informação previsto constitucionalmente. Antes, prevalecia entre os órgãos públicos a cultura do sigilo e da confidencialidade das informações produzidas. No entanto, com a aplicação da LAI, a regra é a disponibilização de informações, independentemente do motivo, e a qualquer interessado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas.

Subordinam-se à LAI os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, bem como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar os pedidos de informação enviados a uma empresa pública que atua em regime de concorrência, possui regras de sigilo específicas e monopólio de alguns serviços públicos. Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo analisar a associação entre o perfil do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal (CEF) e as características do pedido realizado.

A metodologia utilizada consiste em análise descritiva das características da população de solicitantes de informação à CEF, utilizando-se, para tanto, a base de dados disponível no e-SIC.

O presente estudo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção trata-se do referencial teórico, onde é realizada uma revisão da literatura abordando conceitos como governança corporativa, transparência e *accountability*. Na terceira seção constam os procedimentos metodológicos adotados, e na sequência, a quarta seção

apresenta a discussão dos resultados encontrados. Por fim, a quinta seção é dedicada às considerações finais, onde serão apresentadas as conclusões do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Lei de Acesso à Informação

O acesso à informação é um direito fundamental previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 1988).

A promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, teve como objetivo regulamentar o direito previsto constitucionalmente, bem como estabelecer os mecanismos para que qualquer pessoa possa receber informações públicas dos órgãos e entidades.

Segundo Mendel (2009, p. 34),

Para efetivar o direito a informação na prática, não basta simplesmente exigir que os órgãos públicos atendam a pedidos de informação. O acesso efetivo para muitas pessoas depende de que esses órgãos publiquem e divulguem, efetivamente, voluntariamente, de forma pró-ativa, sem necessidade de requisição, categorias-chave de informação, mesmo na ausência de um pedido.

Nesse sentido, a LAI estabelece duas formas de transparência para garantir o acesso às informações públicas: transparência ativa e transparência passiva. A transparência ativa refere-se à divulgação de informações de forma voluntária, independentemente de qualquer solicitação. Já a transparência passiva, refere-se à divulgação de informações mediante solicitação.

A transparência ativa é prevista na LAI em seu artigo 8º, quando dispõe que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011).

No que tange à transparência passiva, o artigo 10º da LAI estabelece que “qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida” (BRASIL, 2011).



Para viabilizar a transparência passiva, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, estabelece a criação do Serviço de Informação ao Cidadão, e define que o SIC seja instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público. (BRASIL, 2012)

Posteriormente, a Portaria Interministerial nº 1.254, de 18 de maio de 2015, instituiu o e-SIC, Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio do qual são solicitados os pedidos de acesso à informação.

Cabe ressaltar que a LAI tem a divulgação como regra e o sigilo como exceção. Nesse sentido, a pesquisa de Sasso *et al* (2017) buscou associar os temas demandados pelo cidadão no Portal Acesso à Informação do Poder Executivo Federal e o status do pedido. Verificou-se que os temas que possuem maior chance de o status do pedido ser negado são referentes à “Economia e Finanças”, seguido de “Defesa e Segurança” e “Trabalho”.

Sousa (2018, não publicado) realizou análise descritiva dos pedidos de informação enviados para a CEF no período de 2015 a 2017, com o objetivo de atestar a efetividade do canal, a partir da perspectiva do usuário. Os resultados evidenciaram “forte utilização do sistema e-SIC como canal alternativo de atendimento, ou seja, demandas não abarcadas no escopo da LAI.”

Destaca-se dos resultados encontrados por Sousa (2018, não publicado), que boa parte das solicitações enviadas à CEF em que o acesso não foi totalmente concedido não se tratavam de solicitação de informação nos termos da LAI (38,25%), entre as quais predominaram dúvidas e reclamações sobre produtos e serviços da Caixa, e a resposta direcionava para canais de atendimento específicos. Quanto aos acessos negados, que representaram 27,19% dos pedidos não concedidos, as informações estavam resguardadas entre as hipóteses de sigilo previstas na LAI.

## **2.2 Governança Corporativa**

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2015) conceitua governança corporativa como “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.”

Ainda, o IBGC (2015), no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, estabelece como Princípios Básicos de Governança Corporativa a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa, definidos conforme segue:

#### Transparência

Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização.

#### Equidade

Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

#### Prestação de Contas (*accountability*)

Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

#### Responsabilidade Corporativa

Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional etc.) no curto, médio e longo prazos.

Segundo Bernardes e Guariente (2008) apesar das exigências legais, existe a preocupação das instituições financeiras em alinhar seus procedimentos às melhores práticas de Governança Corporativa, a fim de garantir a sustentabilidade e a continuidade dos seus negócios.

### 2.3 *Accountability* e Transparência

Pinho e Sacramento (2009) destacam que não há uma definição exata em português para a palavra *accountability*, que pode ser entendida como “a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei,

estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva”.

Segundo Filgueiras (2011), “o conceito de *accountability* não se refere apenas ao processo contábil de prestação de contas, mas também a um processo político e democrático de exercício da autoridade por parte dos cidadãos.” De acordo com o autor, a transparência é um elemento central da *accountability*. Para pensar a responsabilidade política é necessário que as instituições sejam transparentes.

Rocha (2011) evidencia que para que a *accountability* se realize, é indispensável à participação dos cidadãos. O cidadão, além de possuir direitos, possui uma série de obrigações sociais, dentre elas, a vigilância sobre as ações de seus governantes. Entretanto, uma participação efetiva demanda informações precisas e confiáveis.

Graciliano *et al* (2010) menciona que a *accountability* é um importante passo para estabelecer uma política de controle da corrupção, na qual os gestores públicos devem prestar contas permanentemente, sob os termos da moralidade, cidadania e justiça social.

Nesse sentido, a *accountability* pode ser entendida como o dever de prestar contas pelo ocupante de um cargo. Para que seja efetiva, é imprescindível a participação dos cidadãos, e a transparência por parte das instituições é fundamental.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Inicialmente foi realizada análise da Lei de Acesso de Informação no contexto da Caixa Econômica Federal, através das informações disponíveis na página oficial da instituição na internet, a qual foi analisada entre os meses de setembro a novembro de 2018.

Além disso, para atender ao objetivo proposto, foram obtidos dados sobre pedidos de acesso à informação a partir do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, disponíveis no Portal de Acesso à Informação da Controladoria Geral da União, os quais foram coletados em setembro de 2018.

Para a confecção da pesquisa, o período foi delimitado entre 2015 a 2017, tendo em vista que este trabalho busca complementar os achados da pesquisa de Sousa (2018, não publicado), que analisou os pedidos negados pela Caixa Econômica Federal e a efetividade do canal de informação, considerando o mesmo período.

#### **3.1 População objeto da análise**

Inicialmente foram selecionados os pedidos enviados para a CEF no período de 2015 a 2017, resultando em 9758 pedidos, distribuídos por tipo de resposta conforme tabela 1, e por categorias de pedidos, conforme tabela 2.

A partir da extração dos dados dos pedidos para a Caixa, foi realizado o cruzamento com a base de dados de solicitantes. É importante ressaltar que um mesmo solicitante pode ter realizado várias demandas ao Poder Executivo Federal. Nesta pesquisa, cada pedido foi considerado, uma vez que o mesmo demandante pode ter obtido acessos concedidos ou não concedidos.

**Tabela 1 – Tipos de Resposta por Ano – 2015 a 2017**

<b>Tipo de Resposta</b>	<b>Ano</b>			<b>Total</b>	<b>%</b>
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>		
Acesso Concedido	1111	1688	674	3473	35,59%
Acesso Negado	506	643	621	1770	18,14%
Acesso Parcialmente Concedido	485	1003	150	1638	16,79%
Informação Inexistente	7	42	16	65	0,67%
Não se trata de solicitação de informação	388	1453	776	2617	26,82%
Órgão não tem competência para responder	6	40	24	70	0,72%
Pergunta Duplicada/Repetida	13	1	8	22	0,23%
Sem Classificação	20	58	25	103	1,06%
<b>Total Geral</b>	<b>2536</b>	<b>4928</b>	<b>2294</b>	<b>9758</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

**Tabela 2 – Categorias de Pedidos**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Agricultura, extrativismo e pesca	1	0,01%
Ciência, Informação e Comunicação	37	0,38%
Comércio, Serviços e Turismo	234	2,40%
Cultura, Lazer e Esporte	11	0,11%
Defesa e Segurança	1	0,01%
Economia e Finanças	8.827	90,46%
Educação	8	0,08%
Governo e Política	1	0,01%
Habitação, Saneamento e Urbanismo	178	1,82%
Justiça e Legislação	7	0,07%
Meio ambiente	1	0,01%
Pessoa, família e sociedade	8	0,08%
Relações internacionais	1	0,01%
Saúde	1	0,01%
Trabalho	441	4,52%
Transportes e trânsito	1	0,01%
<b>Total</b>	<b>9.758</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Verificou-se que dos 9758 pedidos, 151 (1,55%) foram enviados por solicitantes identificados como pessoas jurídicas, sendo os outros 9607 (98,45%) demandados por pessoas físicas, conforme tabela 3. Para a identificação do perfil médio do solicitante, considerando que as informações analisadas se aplicam somente a pessoas físicas, optou-se por excluir da base de dados os pedidos enviados por pessoas jurídicas.

**Tabela 3 – Perfil do Solicitante - Tipo Demandante**

<b>Tipo Demandante</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Pessoa Física	9607	98,45%
Pessoa Jurídica	151	1,55%
<b>Total Geral</b>	<b>9758</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Uma vez construído o banco de dados, foram utilizadas técnicas estatísticas exploratórias e inferenciais, tais como análise de correspondência simples e múltipla e regressão logística para realizar a associação entre as características do solicitante e as características do pedido realizado.

Os resultados das análises são apresentados na próxima seção.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 A Lei de Acesso à Informação no contexto da Caixa Econômica Federal**

A Caixa Econômica Federal, como empresa pública, submete-se à Lei de Acesso à Informação, conforme disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 1º da LAI. Além disso, em seu estatuto, artigo 4º, inciso VI, a CEF estabelece a aplicação de regras de transparência e de governança corporativa.

Em sua página oficial na internet, a CEF mantém uma seção específica de acesso a informação, denominada Transparência Caixa. Nessa seção, estão disponíveis informações divulgadas de forma voluntária, o que caracteriza a transparência ativa, e é disponibilizado acesso ao e-SIC para solicitações de informações, o que caracteriza a transparência passiva.

As informações prontamente disponíveis para acesso referem-se a dados institucionais, carta de governança, participação social, relatórios relativos a demonstrativos financeiros, processos de contas anuais e empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida, programas financiados pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, convênios e transferências de recursos financeiros efetuados pela CEF, informações sobre licitações e contratos, entre outros.

A CEF disponibiliza uma relação de perguntas frequentes sobre acesso à informação. Dentre as perguntas relacionadas, naquelas em que se identifica a relação entre cliente e instituição financeira, ressalta-se que as informações são protegidas pelo sigilo bancário e por isso não podem ser disponibilizadas por meio da Lei de Acesso à Informação, assim como as informações referentes ao atendimento do trabalhador PIS, FGTS, Cartão Cidadão, Bolsa Família, Seguro Desemprego e Benefícios Sociais, pois tratam-se de informações pessoais, e são indicados outros canais específicos para atendimento.

Além disso, amparada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, a CEF, por ser empresa pública que atua em regime de concorrência, não disponibiliza informações relativas ao direcionamento estratégico da empresa, sua forma de atuação, seu mapeamento de processos e procedimentos, pois estão sujeitas ao sigilo empresarial e demais hipóteses de sigilo.

## 4.2 Perfil do Solicitante

Entre os 9138 pedidos em que o solicitante informou o sexo, 59,33% são do sexo masculino, e 40,67% são do sexo feminino, conforme demonstrado na Tabela 4.

<b>Tabela 4 – Perfil do Solicitante – Gênero</b>		
<b>Gênero</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Masculino	5422	59,33%
Feminino	3716	40,67%
<b>Total Geral</b>	<b>9138</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Com relação à escolaridade, em 631 pedidos não constou essa informação. Entre os 8976 pedidos em que foi informada a escolaridade, verifica-se que a maior parte dos pedidos demandados à Caixa Econômica Federal foram enviados por solicitantes que informaram possuir ensino superior: 44,59%. Agrupando-se ensino superior, pós-graduação, mestrado ou doutorado, verifica-se que essa população corresponde a 64,86%. Verifica-se ainda que em 29,52% dos pedidos o solicitante informou a escolaridade até o ensino médio, em 4,82% até o ensino fundamental e somente em 0,80% os solicitantes informaram não possuir educação formal.

<b>Tabela 5 – Perfil do Solicitante – Escolaridade</b>		
<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental	433	4,82%
Ensino Médio	2650	29,52%
Ensino Superior	4002	44,59%
Mestrado/Doutorado	400	4,46%
Pós-graduação	1419	15,81%
Sem instrução formal	72	0,80%
<b>Total Geral</b>	<b>8976</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Quanto à faixa etária, em 518 pedidos, o solicitante não informou a data de nascimento. Entre os 9089 que informaram, verificou-se a distribuição da frequência conforme tabela 6. A média de idade foi calculada em 38 anos e a mediana em 34,6 anos.



**Tabela 6 – Perfil do Solicitante - Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
< 20	40	0,44%
20-30	2408	26,49%
30-40	3681	40,50%
40 – 50	1410	15,51%
50 – 60	870	9,57%
60 – 70	497	5,47%
70 – 80	137	1,51%
> 80	46	0,51%
<b>Total</b>	<b>9089</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Quanto ao local de residência, considerando também os 151 pedidos enviados por Pessoas Jurídicas, entre os 9758 pedidos enviados para a Caixa, em 23 o solicitante informou residir fora do Brasil. Entre os 9735 pedidos em que o solicitante informou residir no Brasil, em 507 pedidos não foi informado o UF de residência. Dos 9228 pedidos restantes, obteve-se a distribuição de frequência conforme tabela 7.

**Tabela 7 – Perfil do Solicitante – Região**

<b>Região</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Centro-Oeste	1061	11,50%
Nordeste	2169	23,50%
Norte	578	6,26%
Sudeste	4334	46,97%
Sul	1086	11,77%
<b>Total Geral</b>	<b>9228</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Quanto à profissão, em 1223 pedidos não constava a informação. Cabe destacar que a maior parte dos solicitantes não se enquadrou em uma profissão específica, indicando como “outra”, em 26,35% e “empregado – setor privado”, em 22,28%. Dentre as profissões específicas informadas, predomina “estudante”, com 18,70%. A tabela 8 apresenta a distribuição de frequência das profissões.

**Tabela 8 – Perfil do Solicitante – Profissão**

<b>Profissão</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Empregado - setor privado	1868	22,28%
Empresário/empreendedor	258	3,08%
Estudante	1568	18,70%
Jornalista	185	2,21%
Membro de ONG internacional	1	0,01%
Membro de ONG nacional	9	0,11%
Membro de partido político	10	0,12%
Outra	2209	26,35%
Pesquisador	156	1,86%
Professor	275	3,28%
Profis. Liberal/autônomo	650	7,75%
Representante de sindicato	17	0,20%
Servidor público estadual	375	4,47%
Servidor público federal	403	4,81%
Servidor público municipal	400	4,77%
<b>Total Geral</b>	<b>8384</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

A partir da análise dos dados, é possível identificar o perfil médio do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal: homem, com nível superior completo, 38 anos em média, residente na região Sudeste, com profissão diferente daquelas oferecidas no cadastro.

Esse perfil apresenta as mesmas características daquele encontrado na pesquisa de Angeli (2016), que analisou as características dos cidadãos que solicitaram acesso à informação ao Poder Executivo Federal, analisando pedidos enviados entre maio de 2012 a agosto de 2016, diferenciando-se somente pela idade, uma vez que o perfil identificado por Angeli (2016) apresentou uma média de idade de 42 anos.

A seguir, serão apresentadas as análises do perfil por tipo de resposta, considerando escolaridade e profissão. A tabela 9 apresenta a comparação por escolaridade dos pedidos que tiveram acesso integralmente concedido e aqueles cujo acesso não foi concedido, mesmo que parcialmente.

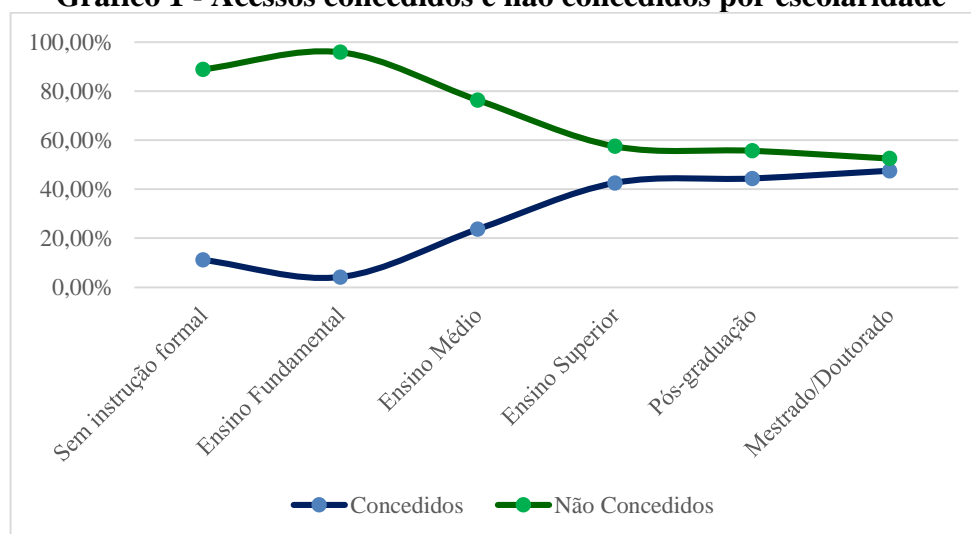
**Tabela 9 - Análise do Perfil por Tipo de Resposta – Escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>Acessos Concedidos</b>	<b>%</b>	<b>Acessos não Concedidos</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental	18	0,57%	415	7,15%
Ensino Médio	627	19,75%	2023	34,87%
Ensino Superior	1702	53,62%	2300	39,64%
Mestrado/Doutorado	190	5,99%	210	3,62%
Pós-graduação	629	19,82%	790	13,62%
Sem instrução formal	8	0,25%	64	1,10%
<b>Total Geral</b>	<b>3174</b>	<b>100,00%</b>	<b>5802</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Verifica-se que tanto em acessos concedidos quanto em não concedidos, predominam os solicitantes que informaram possuir nível superior. Entre os acessos concedidos, reunindo-se nível superior, pós-graduação e mestrado ou doutorado, obtém-se um percentual de 72,59%. O mesmo grupo entre os acessos não concedidos representa um percentual de 52,51%.

O gráfico 1 apresenta a tendência de crescimento dos acessos concedidos e não concedidos à medida que se aumenta a escolaridade. Verifica-se uma tendência de aumento da porcentagem de pedidos concedidos à medida que aumenta-se a escolaridade. Esse resultado pode estar relacionado à facilidade de acesso e compreensão das informações disponíveis por aqueles que possuem maior nível de escolaridade, no entanto, os estudos precisam avançar nesse sentido para identificar quais fatores atrelados à escolaridade podem influenciar na concessão do acesso.

**Gráfico 1 - Acessos concedidos e não concedidos por escolaridade**

Fonte: Elaboração própria (a partir de BRASIL, 2018)

A tabela 10, por sua vez, apresenta a comparação com relação ao total de pedidos concedidos e não concedidos para cada profissão, considerando somente os 8384 pedidos enviados por pessoas físicas e em que a profissão foi informada.

Verifica-se que a maior parte dos pedidos concedidos foram solicitados por estudantes (24,84%), seguido por “outra” (21,99%) e “empregado do setor privado” (20,32%). Entre os acessos não concedidos, predominam as mesmas profissões, porém em ordem diferente, prevalecendo a profissão “outra” (28,75%), seguida por “empregado do setor privado” (23,37%) e “estudante” (15,31%). Conforme exposto na tabela 7, essas profissões foram as que mais demandaram acesso à informação. Contudo, a grande subjetividade das categorias “outra” e “empregado do setor privado” não permite uma análise precisa quanto à influência da profissão sobre o percentual de acessos concedidos e não concedidos.

Cabe destacar que as profissões “Pesquisador” e “Representante de sindicato” foram as únicas que tiveram a quantidade de acessos concedidos maior que a de acessos não concedidos.

**Tabela 10 - Análise do Perfil por Tipo de Resposta – Profissão**

<b>Profissão</b>	<b>Acessos Concedidos</b>	<b>%</b>	<b>Acessos não Concedidos</b>	<b>%</b>
Empregado - setor privado	606	20,32%	1262	23,37%
Empresário/empreendedor	60	2,01%	198	3,67%
Estudante	741	24,84%	827	15,31%
Jornalista	75	2,51%	110	2,04%
Membro de ONG internacional	0	0,00%	1	0,02%
Membro de ONG nacional	4	0,13%	5	0,09%
Membro de partido político	5	0,17%	5	0,09%
Outra	656	21,99%	1553	28,75%
Pesquisador	90	3,02%	66	1,22%
Professor	78	2,61%	197	3,65%
Profis. Liberal/autônomo	219	7,34%	431	7,98%
Representante de sindicato	11	0,37%	6	0,11%
Servidor público estadual	118	3,96%	257	4,76%
Servidor público federal	174	5,83%	229	4,24%
Servidor público municipal	146	4,89%	254	4,70%
<b>Total</b>	<b>2983</b>	<b>100,00%</b>	<b>5401</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

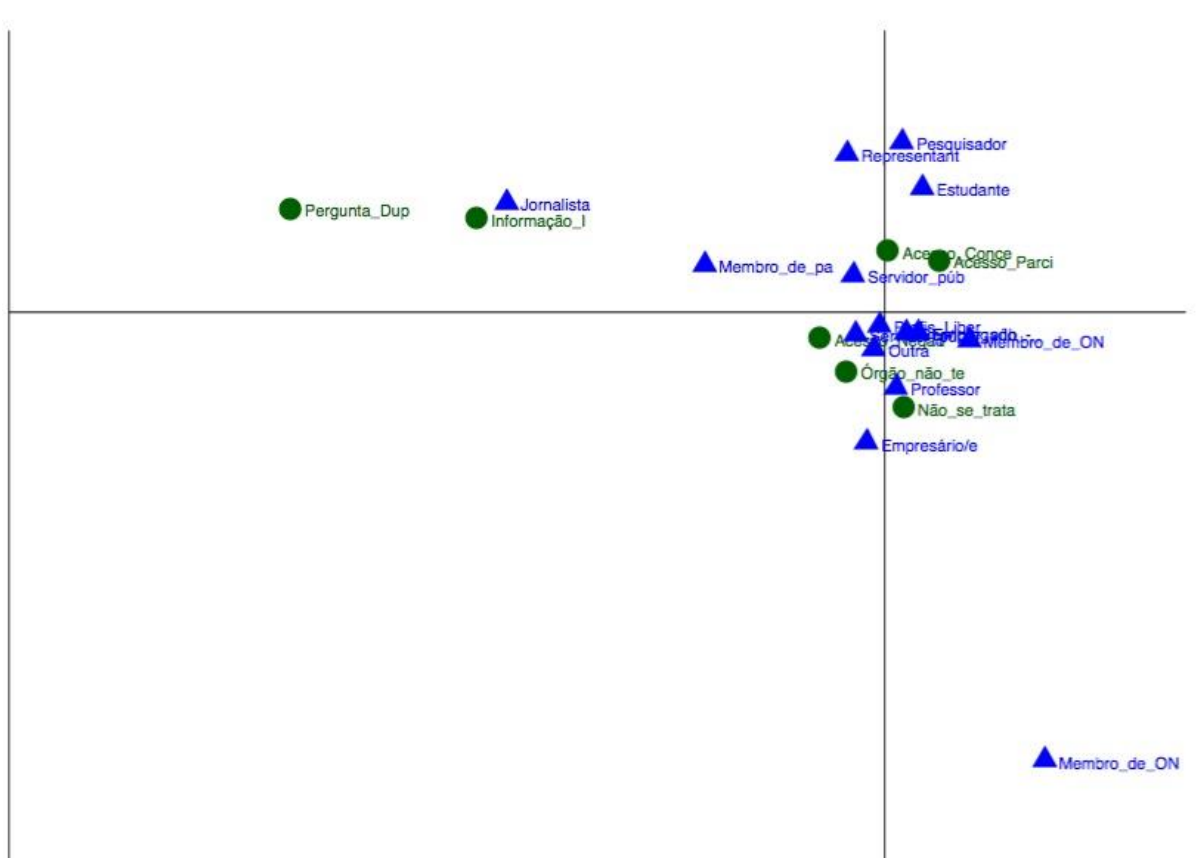
### 4.3 Associação entre características do solicitante e informação solicitada – Análise Exploratória

A seguir serão apresentados os resultados obtidos por meio da técnica de análise de correspondência simples e múltipla, que buscam verificar a associação entre as características do solicitantes e da informação solicitada.

No gráfico 2 são apresentados os mapas perceptuais com as associações encontradas. Analisando o gráfico 2 verifica-se que há uma associação entre a profissão de jornalista e a resposta ao pedido como informação inexistente.

Esse resultado vai ao encontro dos achados de Dutra (2015), que analisou a utilização da LAI por jornalistas. A autora entrevistou jornalistas com o objetivo de compreender a relação entre a Lei e a produção de notícias. Segundo relatos dos entrevistados, negativas de acesso são recorrentes. Apesar das negativas, a grande maioria informou que aciona as instâncias recursais.

**Gráfico 2 – Análise de correspondência – Profissão e Tipo de resposta**

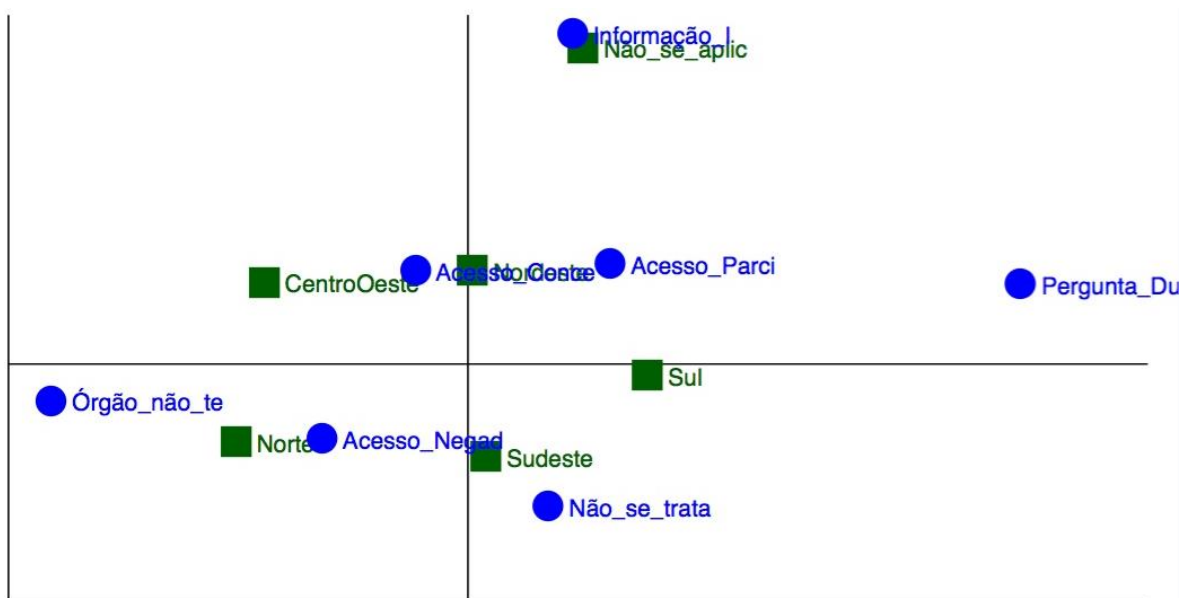


Fonte: Elaboração própria (a partir de BRASIL, 2018)

O gráfico 3 evidencia o mapa perceptual entre a região do país e o tipo de resposta ao pedido de informação recebido.

As associações representadas no gráfico 3 indicam uma relação entre acessos concedidos e parcialmente concedidos com a região Centro-Oeste e a região Nordeste. Os acessos negados apresentaram associação com a região Norte, enquanto os pedidos que não se tratavam de solicitação de informações, apresentaram relação com a região Sudeste, conforme exposto no gráfico 3.

**Gráfico 3 – Análise de Correspondência – Região e Tipo de Resposta**



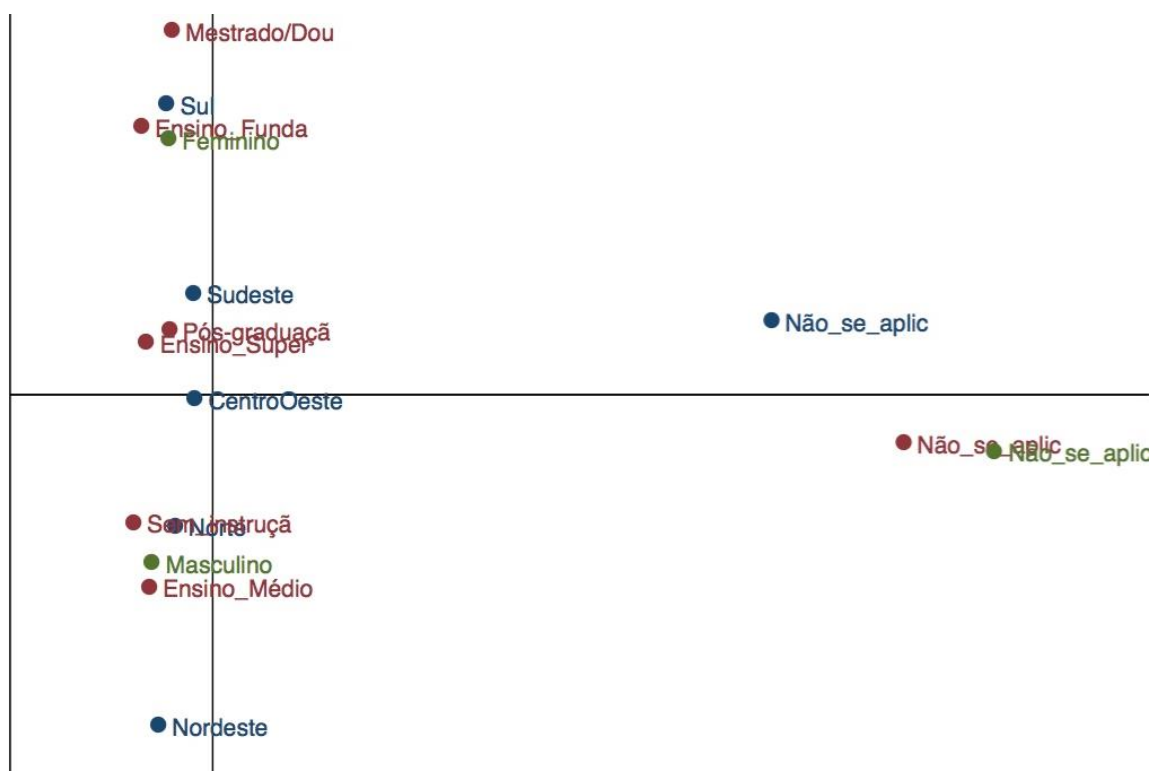
Fonte: Elaboração própria (a partir de BRASIL, 2018)

Esse resultado é interessante uma vez que pode estar relacionado às diferenças no perfil sociodemográficos da população brasileira nas diversas regiões do país, e por isso, ressalta a necessidade de se analisar quais características do usuário da informação relacionam-se com o sucesso do pedido de acesso (obter uma resposta total ou parcial, por exemplo).

O gráfico 4, por sua vez, apresenta o mapa perceptual da análise de correspondência entre a região, a escolaridade e o gênero do solicitante. As associações indicam uma relação entre os pedidos enviados por solicitantes do sexo feminino, com escolaridade até o ensino fundamental e que residem na região Sul do país. Já os pedidos enviados por solicitantes do

sexo masculino apresentam relação com a região Norte, e com os níveis de escolaridade até o ensino médio e sem instrução formal.

**Gráfico 4 – Análise de Correspondência – Região, escolaridade e gênero**



Fonte: Elaboração própria (a partir de BRASIL, 2018)

#### 4.4 Análise de fatores que podem influenciar na concessão do acesso

Finalmente, para verificar a associação entre o perfil do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal (CEF) e as características do pedido realizado, foi realizada uma regressão logística.

Acredita-se que determinados fatores, tais como escolaridade, profissão, idade e região, por exemplo, podem influenciar na concessão ou não do acesso à informação solicitada, como por exemplo, a quantidade de solicitações por pedido, uma vez que a forma de elaboração do pedido pode ser mais clara e tecnicamente viável.

Inicialmente buscou-se verificar fatores que explicam a quantidade de perguntas por pedido, por meio de regressão linear múltipla, cujos resultados são apresentados na tabela 12.

**Tabela 12 – Regressão Linear Múltipla – Quantidade de Perguntas do Pedido**

<b>NºPerguntas</b>	<b>Coef.</b>	<b>Std. Err.</b>	<b>T</b>	<b>P&gt;t</b>	<b>Intervalo de Confiança</b>	
Regiao_Sul	0,12	0,04	2,71	0,01	0,03	0,21
Regiao_Norte	0,18	0,06	2,91	0,00	0,06	0,30
Habitação e Saneamento	0,20	0,09	2,08	0,04	0,01	0,38
Regiao_CentroOeste	0,12	0,04	2,82	0,01	0,04	0,21
Regiao_Sudeste	0,15	0,03	4,85	0,00	0,09	0,21
Acesso Negado	-0,24	0,04	-6,53	0,00	-0,31	-0,17
Parcialmente Concedido	0,64	0,04	17,29	0,00	0,57	0,71
Prorrogação_sim	0,12	0,04	2,73	0,01	0,03	0,20
Não se trata de solicitação de informação	-0,26	0,03	-8,12	0,00	-0,33	-0,20
Ciência e Informação	1,22	0,20	5,97	0,00	0,82	1,62
_cons	1,15	0,03	39,43	0,00	1,10	1,21

Fonte: Elaboração própria (a partir de BRASIL, 2018)

Os resultados demonstraram que as regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Sudeste fazem pedidos com mais perguntas, uma vez que o sinal do coeficiente é positivo. Verifica-se também que os pedidos com acesso negado estão negativamente relacionados com a quantidade de perguntas (coeficiente negativo). Isso significa que quando a quantidade de perguntas é menor geralmente os pedidos não são negados. Os pedidos relacionados a Habitação e Ciência da Informação possuem maior quantidade de perguntas. Há prorrogação para responder quando os pedidos possuem maior quantidade de perguntas.

Para a confecção da regressão logística, foi criada uma nova variável binária a partir das categorias de resposta ao pedido (concedido, parcialmente concedido, negado, não é solicitação de informação, pergunta duplicada e não competência).

Assim, foram marcados como eventos (marcação de “1” ou existência de característica) os pedidos totalmente concedidos. As outras categorias foram consideradas não eventos (marcadas como “0” ou não concedidas totalmente). Essa marcação foi importante para verificar quais são os determinantes da concessão da totalidade de informações solicitadas.

A tabela 15 evidencia os resultados obtidos:



**Tabela 15 – Regressão Logística – Fatores relevantes para a concessão de informações**

<b>Concedido</b>	<b>Coef.</b>	<b>Std. Err.</b>	<b>Z</b>	<b>P&gt;z</b>	<b>Intervalo de Confiança</b>	
Reencaminhado_sim	-1,27	0,10	-12,22	0,00	-1,48	-1,07
Prorrogado_sim	0,69	0,07	10,20	0,00	0,55	0,82
Economia e Finanças	-0,91	0,10	-9,27	0,00	-1,10	-0,72
Trabalho	-0,93	0,14	-6,54	0,00	-1,21	-0,65
_cons	0,29	0,09	3,11	0,00	0,11	0,48

Fonte: Dados da pesquisa (a partir de BRASIL, 2018)

Os resultados indicaram que:

- (1) se o pedido teve prazo de resposta prorrogado, a chance dele ser concedido aumenta.
- (2) pedidos pertencentes às categorias Economia e Finanças e Trabalho tem chances menores de serem concedidos. Este resultado é interessante porque a CEF tem o monopólio de execução de uma série de políticas públicas de trabalho, tais como a gestão do FGTS.

As negativas de acesso referente à categoria Trabalho são, principalmente, referentes ao atendimento do trabalhador PIS, FGTS, Cartão Cidadão, Bolsa Família, Seguro Desemprego e Benefícios Sociais, que tratam-se de informações pessoais resguardadas por sigilo e são indicados outros canais específicos para atendimento.

Já as negativas de acesso referentes à categoria Economia e Finanças podem ser explicadas devido à atividade-fim da instituição financeira, sujeita a regras de sigilo bancário, então, a maior parte dos pedidos é classificada nessa categoria, conforme demonstrado na tabela 2. Sendo assim, devido às características do seu setor de atuação, a empresa está sujeita a sigilos específicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a associação entre o perfil do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal (CEF) e as características do pedido realizado.

Para realização da pesquisa, foram analisados os dados dos pedidos enviados à Caixa Econômica Federal no período de 2015 a 2017. Cada pedido possui um código de identificação do solicitante, então, a partir desse código, é possível identificar na base de dados de solicitantes as características dos solicitantes de cada pedido.

Verificou-se que a maior parte dos solicitantes é do sexo masculino, representando, 59,33% dos 9138 pedidos em que o gênero foi informado. Com relação à escolaridade, verifica-se que a maior parte dos pedidos demandados à Caixa Econômica Federal foram enviados por solicitantes que possuem, no mínimo, curso superior. Agrupando-se ensino superior, pós-graduação, mestrado ou doutorado, verifica-se que essa população corresponde a 64,86%. A maioria dos solicitantes reside na região Sudeste e quanto à faixa etária, a média de idade foi calculada em 38 anos. Quanto à profissão, a maior parte dos solicitantes não se enquadrou em uma profissão específica, indicando como “outra” e “empregado – setor privado”

A partir da análise dos dados, foi possível identificar o perfil médio do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal: Homem, com nível superior completo, 38 anos, residente na região Sudeste, com profissão diferente daquelas oferecidas no cadastro. Esse perfil apresentou as mesmas características daquele encontrado na pesquisa de Angeli (2016), que analisou as características dos cidadãos que solicitaram acesso à informação ao Poder Executivo Federal, analisando pedidos enviados entre maio de 2012 a agosto de 2016.

A análise dos acessos concedidos e não concedidos por escolaridade indicou tendência de aumento da porcentagem de pedidos concedidos à medida que aumenta-se a escolaridade.

Foi realizada análise de correspondência simples e múltipla com o intuito de verificar a associação entre as características dos solicitantes e da informação solicitada. Os resultados das análises indicaram que há uma associação entre a profissão de jornalista e a resposta ao pedido como informação inexistente. A associação entre a região do país e o tipo de resposta ao pedido de informação recebido indicou uma relação entre acessos concedidos e parcialmente concedidos com a região Centro-Oeste e a região Nordeste. Os acessos negados apresentaram associação com a região Norte, enquanto os pedidos que não se tratavam de solicitação de

informações, apresentaram relação com a região Sudeste. Já o mapa perceptual da análise de correspondência entre a região, a escolaridade e o gênero do solicitante indicou uma relação entre os pedidos enviados por solicitantes do sexo feminino, com escolaridade até o ensino fundamental e que residem na região Sul do país, enquanto os pedidos enviados por solicitantes do sexo masculino apresentam relação com a região Norte, e com os níveis de escolaridade até o ensino médio e sem instrução formal.

Buscou-se verificar fatores que explicam a quantidade de perguntas por pedido, por meio de regressão linear múltipla. Os resultados demonstraram que as regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Sudeste fazem perguntas com mais pedido. Verificou-se também que os pedidos com acesso negado estão negativamente relacionados com a quantidade de perguntas. Isso significa que quando a quantidade de perguntas é menor geralmente os pedidos não são negados. Os pedidos relacionados a Habitação e Ciência da Informação possuem maior quantidade de perguntas. Há prorrogação para responder quando os pedidos possuem maior quantidade de perguntas.

Por fim, para verificar a associação entre o perfil do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal e as características do pedido realizado foi realizada uma regressão logística. Os resultados indicaram que: se o pedido teve prazo de resposta prorrogado, a chance dele ser concedido aumenta e pedidos pertencentes às categorias Economia e Finanças e Trabalho tem chances menores de serem concedidos.

Esta pesquisa esclarece alguns aspectos quanto ao usuário da Lei de Acesso à Informação, e complementa os achados de Sousa (2018, não publicado) no entanto, possui certas limitações, tais como pedidos em que não foram informadas todas as características do cidadão, devido ao fato de as informações quanto ao perfil do usuário serem facultativas no cadastro do e-SIC.

Pesquisas futuras podem avançar na análise do perfil do usuário de empresas públicas diversas que também atuam em regime de concorrência, por meio da associação entre as características do solicitante e acessos concedidos, não concedidos.

## REFERÊNCIAS

ANGELI, Alzira. Transparência e acesso à informação: quem é o cidadão que demanda a abertura de informações públicas no Brasil? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 2, p. 23 a 45, 2016. Disponível em < <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48648>> Acesso em 13 de outubro de 2018.

BERNARDES, Patrícia; GUARIENTE, Luiz Antônio. Atributos e Papéis dos Comitês de Auditoria na Implementação das Boas Práticas de Governança Corporativa em Instituições Financeiras Brasileiras. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 7, n. 3, p. 64-79, 2008. Disponível em < <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/124>> Acesso em 07 de novembro de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 31 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Caixa Econômica Federal. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>> Acesso em: 01 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm)>, Acesso em: 31 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Estatuto Social da Caixa Econômica Federal. Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2017, arquivado no Registro do Comércio, sob o número nº 1018255 em 23/02/2018, e alterado pelas seguintes Assembleias Gerais e seus respectivos registros: de 19.01.2018 (1016518 em 16.02.2018); de 16.07.2018 (1096696 em 03.09.2018). Publicado no Diário Oficial da União de 05.09.2018. Disponível em: <[https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Estatuto Social da Caixa Economica Federal.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Estatuto%20Social%20da%20Caixa%20Economic%20Federal.pdf)> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de dezembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portal Acesso à Informação. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br>> Acesso em: 17 de setembro 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Busca de Pedidos e Respostas da LAI. Disponível em: <<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/layouts/15/DownloadPedidos/DownloadDados.aspx>> Acesso em: 17 de setembro 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Coletânea de Acesso à Informação. 3ª ed., 2016. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ouvidoria/arquivos/coletanea-acesso-a-informacao.pdf>> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial nº 1.254, de 18 de maio de 2015** - Institui o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no âmbito do Poder Executivo Federal. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/legislacao/portaria/2015/150519\\_port\\_in\\_termin\\_1254.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/legislacao/portaria/2015/150519_port_in_termin_1254.pdf)> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

DUTRA, Luma Poletti. Direito à Informação em Pauta: Os Usos da Lei de Acesso por Jornalistas. 2015. 148 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua Nova** 84: p. 65-94, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67321101004>> Acesso em 08 de novembro de 2018.

GRACILIANO, Erivelton Araújo; MOREIRA FILHO, José Cláudio; NUNES, Alessandro de Paiva, PONTES, Fernando César de Melo; ZAMPA, Fabrício Felício. *Accountability* na Administração Pública Federal: Contribuição das Auditorias Operacionais do TCU. **Pensar Contábil**. v. 12, n. 47, p. 43 – 51. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.308/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/750/743>> Acesso em 10 de novembro de 2018.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>> Acesso em: 07 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015.

MENDEL, Toby. Liberdade de informação: um estudo de direito comparado. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2009

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability*: Já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, 1343–1368, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1645>> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability* na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança**. v. 14, n. 2, 82–97, 2011. Disponível em: <[https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314/pdf\\_162](https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314/pdf_162)> Acesso em 08 de novembro de 2018.

SASSO, Maiara; PERES, Luciano Nurnberg; SOUZA, Ludmila de Melo; BRITO, Natália Dinoá Duarte Cardoso; VITTA, Henrique Luis Serigatto. Análise Descritiva dos Pedidos de Acesso à Informação ao Governo Federal por meio do Portal Acesso à Informação. **Revista da Controladoria-Geral da União**, v. 9, n. 14, p. 601–617, 2017

SOUSA, Gabriel Fragale Machado. Análise Descritiva dos Pedidos de Acesso à Informação para Empresa Pública - Um estudo de caso sobre os pedidos recebidos pela Caixa Econômica Federal e a efetividade do canal de informação. 2018. Não publicado.